

Reflexões sobre a Transparência e replicabilidade da pesquisa em Antropologia.

Resumo: Este é um artigo de posicionamento político em relação às práticas relativas à transparência e replicabilidade da pesquisa, que vêm gradualmente ganhando estatuto de obrigatórias nos últimos anos. Pretendo expor um ponto de vista crítico, no qual a antropologia tem algo a dizer sobre a produção ideológica de práticas que resultam numa tutela e limitação do trabalho do pesquisador, na gradual extinção da figura do autor “artesanal” de trabalhos científicos e, por fim, na transferência de conhecimento e recursos para os atores centrais da geopolítica da publicação científica.

Palavras-chave: transparência, replicabilidade, antropologia, irreprodutibilidade, taylorismo acadêmico

Reflections on Transparency and replicability in anthropological research.

Abstract: This is an article of political position regarding the practices related to research transparency and replicability, which have been gradually gaining mandatory status in recent years. I intend to expose a critical point of view, in which anthropology has something to say about the ideological production of practices that result in the limitation of the researcher's work, the gradual extinction of the figure of the “artisanal” author of scientific articles and, finally, in the transfer of knowledge and resources to the central actors of the geopolitics of scientific publication.

Keywords: transparency, replicability, anthropology, non-reproducibility, academic Taylorism

Introdução

Discussões sobre o tema da transparência e replicabilidade das pesquisas científicas são inseridas em contextos complexos, apontando para lugares diferentes o objeto da crítica e mesmo a definição tanto de ciência, como de transparência como de replicabilidade. Usualmente, a princípio, estamos no campo da “Ciência aberta”, onde

estas questões são articuladas a partir de uma perspectiva crítica em relação aos procedimentos de uma ciência voltada para o capital de forma geral, onde as práticas caminham para a produção de patentes privadas e, portanto, produzem um ocultamento de processos que premeditadamente impedem a transparência e replicabilidade. Prejudica-se assim o livre fluir do conhecimento, constantemente estancado em diques corporativos e privados. (Albagli 2015).

Contra estes diques, a proposta de ciência aberta, em muito tributária das políticas da comunidade do software aberto, propõe práticas anticonvenção do conhecimento. Entre elas, mas não limitadas a isso, estão as ideias de replicabilidade e transparência. O modelo de ciência aberta seria uma alternativa ao modelo tradicional de pesquisa científica. De certa forma, estabelece-se um processo de suspeita geral sobre toda e qualquer produção científica que não se vincule à onda da open science. Assim, esse movimento inventa (no sentido wagneriano do termo) um processo de divulgação dos resultados da ciência que contrainventa, simultaneamente, a ciência usual em algo a ser combatido, suspeito. E é justamente esse clima de suspeita que justifica uma série de medidas para a ciência “não aberta” – ou que não está preocupada com estas questões – que produzem um clima de dúvida a ser combatida com medidas de transparência.

Há, portanto, uma confluência de duas perspectivas muito antagônicas, mas que se desenvolvem a partir da mesma fonte: uma fonte vem dos discursos libertários da open science, outra fonte vem dos discursos técnicos de accountability, ou os discursos de gestão neoliberal em geral. Enquanto a ciência aberta duvida da ciência “fechada”, perspectiva que é criada como inverso da ciência aberta, os discursos neoliberais de controle e “transparência” são também exacerbados, como forma de justificar e autorizar (no sentido político) os procedimentos da ciência fechada: se feitos com transparência, não há problema. Ou seja, todo o movimento de avanço neoliberal para o governo técnico das universidades que Strathern (2000) e Shore (2009) chamam de “audit cultures”, que se traduz em um controle e domínio desses pontos de vista sobre o trabalho geral do docente na universidade, agora são também direcionados para a própria prática científica: a forma de produção do conhecimento é também colonizada pelas audit cultures, tomando toda a argumentação da open science como mais uma desculpa para avançar no controle das práticas (e subjetividades) científicas.

Aqui neste texto, olho para o debate sobre transparência e reprodutibilidade mais pela ótica das audit cultures do que da open science, entendendo que o avanço dessas perspectivas trazem junto consigo algo a mais, algo que é traficado sorrateiramente junto com as práticas e discursos, algo que é, definitivamente, preciso debater.

Fraude e natureza

Obviamente, todo o processo de “transparência” se deve a uma noção contrária de opacidade. Essa noção está ligada aos casos cada vez mais frequentes de fraudes identificadas no mundo científico. São inúmeras as denúncias ao longo dos últimos anos, configurando, inclusive, um campo específico de pesquisa à parte. Como contramedida de contenção ao avanço da fraude, um discurso de transparência se alastra, como um discurso policial genérico sobre o crime. Assim, distanciando-se dos ideais da ciência aberta, muito do clamor por transparência decorre dessa perspectiva desconfiada da fraude. Um processo usual de avanço de discursos securitários no mundo contemporâneo. Por exemplo, a criminalização da migração no mundo contemporâneo é um exemplo radical desse processo: um “problema” é identificado – como a migração – e a solução é discutir meios de combater o deslocamento, o que acaba por criminalizá-lo. Mas não se discute a causa efetiva da migração: os processos de exploração econômica radical que produzem marginalizados sistemáticos, as guerras por recursos naturais que produzem os deslocados etc. Assim, pode-se falar de migração sem falar da responsabilidade das nações ricas nesse processo.

Isso é o que se chama de um “discurso de securitização”. O mesmo discurso de securitização avança sobre a ciência. Há o fenômeno da fraude. Há as medidas de combate à fraude, das quais a transparência e a noção de reprodutibilidade são filhas. Mas não se discute as causas originais da fraude. Assim, criminaliza-se em geral a produção científica (estendendo para todos a necessidade de produzir transparência) sem colocar em questão o sistema que gera o avanço e aumento das fraudes: o centro do problema é justamente a metrificação ensandecida da produção científica como elemento da distribuição de recursos e prestígio acadêmico.

Podemos ver a fraude científica como um ponta do processo de taylorização da ciência, estimulada pela própria sanha produtivista do sistema. Em um contexto onde a produção de conhecimento é majoritariamente produzida em coletivos cada vez

maiores, centrados em determinados laboratórios que operam cada vez mais como fábricas de produção do conhecimento – submetendo todos ao mesmo descolamento entre trabalho e resultado do trabalho, como no modelo de taylorização do trabalho – a necessidade de mais artigos e a produção de mais fraudes estão intimamente ligadas. As práticas de replicabilidade são formas de deter o processo de fraude, sem reconhecer a fraude do sistema que pede o inatingível para a maioria absoluta dos pesquisadores.

Mantém-se o sistema, com a desculpa aceitável da “replicabilidade” e “transparência”. Transparência supõe a opacidade. A ciência seria opaca: o resultado dessa desconfiança é trazer os discursos de compliance como “iluminadores” da verdade, reveladores do obscuro, luzes na escuridão. Mas os próprios discursos de compliance acadêmico são não mais que algo absolutamente opaco, pois escondem uma série de relações de hierarquia, escondem um sistema de opressão, um sistema de retirada de autonomia dos cientistas. Transparência e reprodutibilidade são ferramentas de esconder relações de precarização da ciência, de subordinação da ciência aos discursos neoliberais de compliance: é o domínio dos burocratas sobre o conhecimento. Como se os textos fossem claros em si mesmos, como se a ordem das audit cultures fosse efetivamente clara. Mas basta um olhar atento ao que aconteceu na crise econômica de 2008 para entendermos o quanto os discursos de “transparência” são em si opacos. É justamente no centro ideológico da produção das audit cultures neoliberais – o sistema financeiro – que se produziu o desastre econômico, amparado justamente da opacidade dos supostamente transparentes relatórios de mensuração da segurança de títulos que depois se descobriu serem não mais que “lixo tóxico” (Roubini e Mihn 2010).

Como sintoma do avanço da fraude como gatilho para um discurso criminalizador da ciência vêm sendo criadas, ao redor do mundo, agências antifraude científica. Por exemplo, há uma nova agência para investigação de fraude, plágio e manipulação da ciência na Suécia (2019).¹ Em 2017 foi criada uma similar na Dinamarca. Os comitês de investigação são um avanço das audit cultures: suspeitas sobre toda a universidade, que por isso são sujeitas ao controle externo. Criminaliza-se os pesquisadores (como os imigrantes são criminalizados), justificando-se as políticas securitárias. Não existe agência antifraude sem fraude. A perspectiva é, então, a invenção² de fraudes e a invasão de uma perspectiva que suspeita de uma série de

1 Revista FAPESP. Ed 283, set 2019. Fabrício Marques.

2 Aqui no sentido estritamente que Roy Wagner (2018) atribui a esse conceito.

práticas tidas como legítimas até aqui. Isso porque não há consenso sobre o que são más condutas: práticas tidas como normais até aqui podem começar a serem vistas como “suspeitas”.³

Não se fala dos motivos que geram as fraudes: a hipercontabilização como mensuração de prestígio e concessão de recursos. Não é que não existam fraudes, nem fraudadores, nem que essas práticas não tenham aumentado (não há como afirmar isso), mas está claro que a criminalização geral é instrumento de políticas como as de transparência nas revistas científicas, uma fuga para dentro do sistema, poderíamos dizer. Fuga para dentro porque não questiona as premissas que estimulam as fraudes, apenas tenta combater a fraude como se ela fosse algo em si, como se fosse natural (ou como se fosse uma doença). A fraude é algo que aparece como inato, parte da natureza da ciência, e suas regulações são a convenção sistemática para combater a doença. Mas o efeito é obviar a doença: ela está em tudo. A política de transparência (da qual a noção de reprodutibilidade é uma faceta) é um produto ideológico dessa criminalização da ciência, que impõe às universidades perda de autonomia, perda de prestígio e avanço de políticas liberais de auditoria.

Embora como um sistema de “libertação” da ciência, o discurso da open science é simplesmente cooptado como uma forma de controle e de justificar as práticas como se tudo estivesse mesmo doente: ela fala a língua do sistema que nos oprime, não abre novas portas. A resistência é a crítica ao produtivismo, à perda de autonomia, ao avanço das audit cultures nas universidades. Em termos mais próximos de nós, o avanço dessas práticas é também mais trabalho: relatórios de integralidade já são solicitados em universidades pelo mundo. Assim, você faz a pesquisa, você trabalha para levantar os recursos, para comprovar os usos dos recursos, para publicar e agora, também para provar que o que publicou é legítimo (todos são colocados sob suspeita).

Muitos pesquisadores, entretanto, fazem a conexão entre reprodutibilidade e sistema de metrificacão da produção científica. Frandsen (2019), por exemplo, indica que há dois tipos de autores que publicam em periódicos predadores: os inocentes em

3 Falsas condenações também acontecem, já que não se sabe exatamente o que são as más práticas. O caso de Olivier Voinnet, biólogo francês, condenado pelo CNRS por um caso de má conduta científica é exemplar. A acusação foi depois retratada, ao se constatar que o francês não era responsável por desvios de pessoas de sua equipe, dos quais ele não tinha conhecimento (Revista FAPESP Edição 274 dez. 2018). Ou seja, não sabemos ao certo como responsabilizar ou não determinadas práticas: se um cientista produz um dado falso para um artigo escrito por 15 cientistas que não sabiam da fraude, é legítimo condenar todos os autores? O taylorismo científico produz também seus próprios monstros.

começo de carreira e os que querem aumentar fraudulentamente o número de publicação para atingir fins pessoais (promoções, fundos de pesquisa etc.). Ora, é evidente que só existe um cenário de ciência predatória como contraparte de um cenário de produtivismo. O predador é a contrainvenção da ciência produtivista. Combater o primeiro sem questionar a segunda é uma ingenuidade, e um serviço de negação de um processo político do universo científico. Criminalizar meramente os predadores é ignorar um sistema que faz com que eles precisem existir.⁴

E o lugar da antropologia?

A antropologia olha como para as práticas agrupadas sob a égide da replicabilidade e transparência? Procurarei aqui tecer algumas considerações sobre o tema, sem pretender, claro, oferecer um ponto de vista da antropologia mas, no máximo, o ponto de vista de um antropólogo. Assim, minha leitura dessa questão é uma das possíveis, ainda que profundamente enraizada numa sensibilidade essencialmente antropológica sobre o sistema de publicações, divulgação de resultados de pesquisa, mecanismos de construção de prestígio e determinadas perspectivas sobre o que informa esse debate.

Como uma reflexão básica ao pensamento antropológico, olho para esse processo como um processo cultural⁵: é um resultado de determinadas formas de ver e pensar o mundo, é o desenvolvimento de certas injunções que organizam nossa vida. Obviamente, aqui lidamos com questões que atravessam fronteiras nacionais e são certamente fruto de uma globalização do conhecimento científico, onde, é bom que se deixe claro, temos um lugar absolutamente periférico. São injunções que se criam em centros de produção científica (e centros de publicação de conhecimento científico) como Europa e EUA, que nos tocam e nos submetem (mesmo que não o admitamos) às suas próprias agendas. Querendo transformar a produção científica brasileira

4 E o sistema precisa ser fidedigno também por motivos que necessitam ser discutidos. É o caso do projeto Score, do pentágono norteamericano, coordenado por um antropólogo, que pretende produzir um algoritmo que seja capaz de dizer se uma pesquisa qualitativa é “fidedigna” ou não. O interesse é de segurança nacional, já que o pentágono usa essas informações para produzir políticas de segurança ao redor do mundo (revista FAPESP 2019, ed. março, Fabrício Marques).

5 Sobre os autores e perspectivas que informam minha visão dos processos culturais, destacaria o trabalho de Wagner (2018) e Sahlins (2006), embora em muitos lugares essas duas visões não sejam nem de longe harmônicas entre si.

essencialmente “internacional”, é preciso adequar-se às agendas do centro, e o centro agora pauta a reprodutibilidade e transparência.

A questão que me faço, e que a antropologia me leva a fazer é “o que é replicabilidade?”, pergunta que leva a um outro conjunto de indagações: “O que está por trás disso?”; “O mundo é replicável?”; “A realidade é replicável?”. Há uma concepção de natureza por trás da ideia de “replicabilidade”, que pressupõe certa imutabilidade. Supõe ciência como não como construção, mas como dado. Ela imagina um mundo onde tudo pode ser repetido como fundamento do conhecimento científico: o corte que resulta da própria categoria “reprodutibilidade”, quando atrelada à ciência é um corte entre o que é autêntico e o que é falso. O autêntico e, portanto, científico, é a verdadeira ciência. Ela é necessariamente reprodutível. E falsa é a ciência não reprodutível: ela é fraude, é embuste, é crime. A inserção dessa categoria ontológica de “replicabilidade” não é neutra, portanto. Ela é uma invenção cultural no sentido de Roy Wagner, e ao se inventar ela contrainventa a fraude, a anticiência.

Assim, aceitar os termos da reprodutibilidade como verdade da ciência é aceitar também o que é a fraude, a falsidade. O não replicável é o não natural, é aquilo que é escapa ao inato (é uma falsificação cultural sobre o inato que se projeta sobre a natureza). Isso produziria uma impossibilidade ideológica da antropologia, como veremos. A pergunta que faço agora é se seria possível nesse esquema uma ciência que se baseasse em produzir conhecimento a partir do essencialmente não reprodutível. De que longínqua província falaria essa ciência? Ou, de imediato, aceitando a tutela da reprodutibilidade como realidade, que pseudociência seria essa?

Imaginemos que seja possível imaginar um mundo onde o que se passa por real fosse tão dinâmico e tão vorazmente imprevisível que a presunção de reprodutibilidade pareceria uma insanidade. Suponhamos que exista um mundo onde tudo está em constante mudança, onde as relações de causa e efeito mudem a todo momento, onde a reunião de muitas variáveis torne impossível qualquer possibilidade de replicação. Imaginemos que exista um mundo, por exemplo, onde as leis da gravidade não pudessem ser testadas porque mudam a cada vez que se faz uma tentativa de medi-la.

E se esse mundo existir tão factualmente quanto o mundo da reprodutibilidade? E se descobríssemos que, por exemplo, o que se passa neste mundo simplesmente não pode ser medido de forma sistemática e que, portanto, não se pode replicar exatamente

qualquer experiência nesse mundo. Esse mundo seria menos legitimamente explicado por uma ciência que, como ele, não seria replicável?

Eis-nos então, face à antropologia. O que a antropologia pode falar sobre isso? Estamos numa província muito distante em relação ao que se chama de integralidade da pesquisa: tanto por estar longe demais como por estar perto demais, como espero demonstrar. Falando de um lugar distante, é mais ou menos como escutar a surpreendente fala de um observador de outro mundo, de outra esfera cognitiva, assim como escutar xamãs yanomamis falando sobre a sociedade capitalista. Isso quer dizer que nossa posição externa permite trazer outras coisas para o debate.

Há muitas antropologias, inclusive as que se produzem com objetos, documentos, mundo digital. Mas todas essas antropologias, somadas às experiências mais tradicionais, versam sobre uma mesma coisa: um mundo de relações. Do que fala uma antropóloga senão das relações nas quais se envolveu durante um trabalho de campo? De que mais pode falar um antropólogo senão dessas relações? E dado que a antropologia é essencialmente uma ciência voltada para pensar a incrível dinamicidade do mundo social (esse mundo que imaginamos acima, tão real quanto o mundo imaginado pela ciência), como não admitir que o objeto específico da antropologia não é, nem pode ser, reproduzível?

Um antropólogo descreve um ritual, depois transforma esse ritual em um modelo para entender uma outra experiência cultural (um outro mundo criado por pessoas que pensam e vivem diferente). Ele fez, em algum momento, uma descrição “objetiva” do ritual? Objetiva aqui no sentido da ideia que está por trás do conceito de reprodutibilidade e transparência. Não, ele não faz uma descrição objetiva. Mesmo que ache que a fez, o fato é que a sua presença na cena muda tudo: aquilo é um ritual que acontece enquanto um antropólogo o assiste. E essa cena, esse “dado”, só acontece enquanto ele está ali. O ritual sem o antropólogo ou assistido por outros antropólogos é sempre outro ritual, nunca o mesmo.

Como toda a literatura se esmera em mostrar desde Heráclito, não se pisa no mesmo rio duas vezes:

“O senhor... mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.” (Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas, 26).

Assim, é razoavelmente seguro afirmar que aquele mundo imprevisível que imaginamos logo atrás é justamente a nossa experiência do mundo social: relações que acontecem “uma vez na vida”, sucessão de relações que se passam sempre como únicas e, por natureza (ou por inato, se obviarmos ao contrário a premissa da previsibilidade), irreprodutíveis. O que acontece se pensarmos sobre a realidade de um mundo irreprodutível? Qual ciência seria a ciência da “natureza” irreprodutível? Bem, essa ciência seria a antropologia, o conhecimento produzido nessa longínqua província do conhecimento que se especializou, preferencialmente, a discorrer, pensar, teorizar e inventar sobre as relações sociais, esse mundo irreprodutível por “natureza”.

Assim, agora que estamos colocados nesse outro mundo, onde o inato é o inverso do que imaginam as políticas de “transparência e reprodutibilidade” contemporâneas, o que se pode dizer da antropologia nesse contexto? Imaginemos os dados antropológicos. O que são? Essencialmente, são narrativas sobre encontros que tivemos com outras pessoas (mesmo que através de documentos). Assim, quando exponho a narrativa que vivi com outros, eu exponho meus dados. Isso faz dos dados assim expostos algo reprodutível? Bem, apenas na experiência daquele que os lê. Mas não se pode reproduzir um passo na água de um rio. Não temos mais o mesmo rio (as relações sociais) e não temos mais o mesmo passo (você pessoa que pisou já não é mais a mesma, e qualquer outro que o faça o faz à sua maneira, essencialmente, portanto, diferente).

Assim, expor dados antropológicos não acrescenta em nada ao projeto da transparência e reprodutibilidade, já que aquilo que descrevemos, as relações, não são reprodutíveis. Isso quer dizer que expor um diário de campo como “dado” não tem seu valor? Não, definitivamente não. Expor os dados antropológicos tem certamente muito valor, mas não para produzir a reprodutibilidade destes mesmos dados. Isso é impossível. O valor está em outra seara, eminentemente epistemológica, por um lado (como foi que aquela antropóloga transformou determinadas relações em conhecimento) ou ainda filológico, quando os cadernos de campo podem ser analisados enquanto documentos eles próprios e não como dados “brutos”.

Não há dado puro em antropologia, tudo o que sabemos é o produto de uma invenção que se dá no encontro entre as diferenças. E esses encontros são sempre únicos, irreprodutíveis. Expor um diário de campo não é expor um dado bruto, mas sim uma pré-análise circunstanciada, sobre a qual nos voltamos ao escrever nossas

elocubrações. Ainda assim, o diário de campo não é dado, é dispositivo de memória, que ativa na antropóloga milhares de ideias, lembranças e reflexões. O diário de campo nunca é uma base neutra de informações e ao fim das contas, vale muito pouco sem a lembrança do antropólogo. É matéria que a lembrança vive e a vida é a análise. Que como a vida, vai mudando. Assim, é plenamente possível a mesma antropóloga voltar ao diário de campo e produzir uma análise diferente a cada vez que retorna, já que como na imagem do rio, a pessoa que lê e a forma como articula as próprias lembranças já não são mais a mesmas.

Isso quer dizer que a antropologia não pode ser transparente ao divulgar seus documentos de pesquisa (pensando principalmente no diário de campo). Se a cada vez que ativamos o diário, há mudanças na lembrança das relações que o geraram, se ele é irreproduzível, se ele não é nem pode ser um dado puro, então não é possível à antropologia ser transparente ao expor seus dados. Isso é uma ilusão. E seria má antropologia pensar que é possível reproduzir assim o conhecimento antropológico, seria preciso acreditar que o único mundo inato é justamente o mundo que descrevemos (e sabemos que não é assim quando falamos de relações sociais, mas também não é assim quando falamos de outros mundos, mesmo à revelia do que acredita a ciência reproduzível).

Assim, não é possível à antropologia a transparência da reprodutibilidade e da divulgação dos dados. Porém, sob outra perspectiva, não há conhecimento mais transparente que a antropologia: o que ela busca explicar em suas muitas versões está sempre diretamente narrado no texto. As relações que pretende explicar são irremediavelmente narradas no seio do próprio texto. Como uma ciência sobre aquilo que não se repete nunca, ela precisa, toda vez que explica, narrar o que é explicado. Sendo assim, no texto antropológico o “dado”, a informação que gera a reflexão, é sempre narrada, exposta, trazida à luz. Para explicar é preciso narrar. Assim, a explicação antropológica é em si absolutamente transparente, pois traz à superfície do texto aquilo que em outras ciências pode permanecer oculto: o dado é a própria narrativa explicativa. Assim, o jogo de oculto e visível, transparente e opaco que justifica a ideia de “transparência e reprodutibilidade” da ciência é impossível na antropologia. Se para cada afirmação na “ciência concreta do mundo inato” há um conjunto de dados brutos que a justificam, na antropologia para cada afirmação nessa “ciência dinâmica do mundo irrepitível” há a própria exposição do dado, em forma de

narrativa: a descrição das relações que justificam o argumento. Como ciência de um mundo diferente, portanto, a ciência antropológica é iminentemente transparente em si, e os dados que a justificam são sempre suas próprias narrativas como evidência.

Comentários finais

Vimos, portanto, que a antropologia não pode ser reproduzível em nenhum nível. Ela é uma ciência essencialmente não reproduzível. A forma como imagino esse processo de replicabilidade da ciência oficial só pode ser uma obviação. É uma invenção que gera sua contrainvenção: a antropologia, de certa forma é, justamente, a contrainvenção dessa ciência do mundo imanente, onde tudo que é natural é reproduzível. Os antropólogos, portanto, vivem efetivamente em um outro mundo, o mundo contrainventado por eles mesmos, no qual seu objeto de reflexão exige a admissão da irreproduzibilidade.

Pensando no processo que nos leva à ideia de que a ciência deve ser reproduzível em si, chegamos primeiramente na elaboração de uma reflexão sobre como é o resultado do avanço de um processo de destituição de autoridade e conhecimento do cientista-autor pelas políticas do capital e seu duplo ideológico contemporâneo: as *audit cultures*, as ideias da *accountability*. Do lugar do cientista-autor, artesão, para o avanço da taylorização e toyotização do conhecimento com as práticas de “open data”: não somos mais autores, mas produtores de dados que podem ser manipulados por qualquer um. As agências de fomento assim aparecem como donas do conhecimento, e seus financiados como meros operários do chão de fábrica da produção acadêmica. O avanço da política da transparência produz, desta maneira, uma outra contrainvenção: à transparência do dado, corresponde a opacidade do autor artesanal do conhecimento. Os dados agora entram na esfera da *bigdata science*, onde o conhecimento é feito em escala que foge ao controle do pesquisador individual. A questão é economizar e evitar a duplicação de dados, melhorando a eficiência da pesquisa, permitindo a reutilização dos dados.

De sua província distante, com sua irreproduzibilidade inata e sua transparência compulsória, a antropologia é o lugar mais resistente à taylorização e toyotismo do conhecimento. A razão disso é justamente porque lidamos essencialmente com o irreproduzível (as relações sociais) e, nesse caso, o cientista é necessariamente o artesão das reflexões únicas. Não se refaz, não se replica uma experiência etnográfica.

Bibliografia

- ALBAGLI, Sarita. 2015. “Ciência Aberta em questão”. In Sarita Albagli et al (Orgs.), *Ciência Aberta, Questões Abertas*. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, pp. 9-25.
- FRANSEN, T. F. 2019. “Why do researchers decide to publish in questionable journals? A review of the literature”. *Learned Publishing*, 32(1): 57-62.
- ROSA, João Guimarães. 2017. “Grande Sertão Veredas”. In *João Guimarães Rosa: ficção completa*, Volume 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SAHLINS, Marshall. 2006. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SHORE, Cris. 2009. “Cultura de auditoria e governança iliberal: universidades e a política da responsabilização”. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 14(1): 24-53.
- STRATHERN, Marilyn (ed.). 2000. *Audit cultures: Anthropological studies in accountability, ethics, and the academy*. Routledge: Londres e Nova Iorque.
- WAGNER, Roy. 2018. *A invenção da Cultura*. São Paulo: Ubu Editora.
- ROUBINI, N. e MIHM, S. 2010. *A economia das crises*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.